Impacto na desigualdade social

Autor(res)

Alessandro Marco Rosini
Jadir Mauro Galvão
Rosemary Matias

Categoria do Trabalho

Pós-Graduação

Instituição

UNIDERP | PPGSS MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Introdução

A despeito dos esforços, volumosos gastos governamentais e mesmo considerando o crescimento econômico experimentado nas últimas décadas (entre 2000 e 2024), o Brasil não tem conseguido reduzir a desigualdade de renda entre os mais ricos e os mais pobres, que se mantém estável ao longo dos anos.
Tal cenário suscita a questão: o crescimento econômico é, de fato, como propõe o Relatório Brundtland (Comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento, 1988), um imperativo estratégico?
Este estudo pretende demonstrar o motivo da frustração desses esforços, apontar que a estratégia de crescimento econômico é incapaz de atingir tal objetivo e ainda sinalizar que pouco a pouco vem emergindo um novo modelo, com uma lógica particular e que pode ser capaz de tal intento e mesmo de outros.
O modelo em questão é o do chamado setor de impacto. Ou, como também é conhecido, o dos negócios sociais. A lógica imanente deste setor é fundamentalmente diferente do modelo habitual das empresas privadas com finalidade lucrativa.
Seu propósito final não é o do lucro financeiro, mas sim de um lucro, se assim se pode dizer, social ou ambiental. Sua causa primeira e propósito final é o de resolver determinado problema de ordem social ou ambiental dependendo do escopo a que o negócio se propõe.
A data limite para o atingimento dos Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), se aproxima, sem conseguir demonstrar resultados consistentes.
Este estudo se mostra relevante, na medida em que pode sinalizar um redirecionamento de rota e de esforços, tanto públicos quanto privados, que aponte um norte para podermos nos encaminhar para um verdadeiro desenvolvimento sustentável.
Se ainda não é possível apontar resultados efetivos e de impacto de tais iniciativas por serem ainda incipientes, ao menos se pode demonstrar que sua proposta de funcionamento é logicamente mais capaz de nos levar ao sucesso.

Objetivo

Este estudo pretende demonstrar o motivo da frustração desses esforços, apontar que a estratégia de crescimento econômico é incapaz de atingir tal objetivo e ainda sinalizar que pouco a pouco vem emergindo um novo modelo, com uma lógica particular e que pode ser capaz de tal intento e mesmo de outros.
O modelo é o do chamado setor de impacto. Ou, como também é conhecido, o dos negócios sociais.

Material e Métodos

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-conceitual, apoiada em dados secundários. Foram utilizados dados do crescimento econômico do Brasil entre os anos de 1960 e 2024, obtidos junto ao Banco Mundial, bem como informações sobre a distribuição da renda nacional entre os 50% mais pobres, os 10% mais ricos e o 1% mais rico, disponibilizadas pelo World Inequality Database (2024).

Para a fundamentação teórica, recorreu-se a autores clássicos e contemporâneos que analisam criticamente a lógica do lucro e da acumulação, tais como Joan Robinson (1980), François Chesnais (1996) e Marjorie Kelly (2016). A lógica alternativa proposta pelos negócios de impacto foi examinada a partir das contribuições de Muhammad Yunus (2008), complementadas por relatórios recentes sobre o setor no Brasil (Pipe.Social; Quintessa, 2023).

A análise consistiu em contrastar a lógica do modelo tradicional de crescimento econômico — centrado no lucro financeiro e seus desdobramentos concentradores — com a lógica emergente dos negócios de impacto, cuja finalidade é social ou ambiental. A partir desse confronto, buscou-se identificar as limitações da estratégia de crescimento econômico como instrumento de redução das desigualdades e evidenciar o potencial transformador do setor de impacto no contexto do desenvolvimento sustentável.

Resultados e Discussão

1.1. Crescimento e desigualdade social

O Brasil experimentou um considerável crescimento econômico ao longo do tempo, partido de um PIB de US$509,8 Bilhões em 2002, para atingir US$1,48 Trilhões em 2024. Já considerando os efeitos da pandemia de 2019-2022.

Ao mesmo tempo, dados do World Inequality Database (2024) mostram que os 50% mais pobres da população ficam com 9,1% da renda nacional. Número inferior ao 1% mais rico, que fica com 21,1%. Os 10% mais ricos ficam com 59,2 % da renda e esses números pouco ou nada mudam ao longo do tempo.

Até onde se sabe, não há fatos que justifiquem que o crescimento experimentado nos últimos 20 anos não tenha sido capaz de reduzir as desigualdades sociais. Isso põe por terra o imperativo estratégico do crescimento econômico. Todavia, a ideia aqui é a de buscar os motivos lógicos que justifiquem o fato de o crescimento não ser capaz de reduzir as desigualdades.

1.2. O lucro

O lucro é tido como responsável pela riqueza das nações. Mas, é perturbadora a alegação de Joan Robinson de que: “Se a busca do lucro for o critério do comportamento correto, não haverá maneira de distinguir entre atividade produtiva e o roubo.” (ROBINSON, 1980, p. 262).

O lucro, remunera o capital investido. Mas, à medida em que o negócio atinja seu ponto de equilíbrio, o capital não contribui efetivamente na produção. A empresa dispõe de recursos suficientes para retroalimentar novos ciclos produtivos. Torna-se verba excedente e não responde a quaisquer das contrapartidas da produção. É isso que Joan Robinson chama de roubo.

O capitalismo sempre foi assim e não ensejava nenhum problema. O lucro retornava em novos investimentos produtivos, gerando postos de trabalho, renda e dignidade para os trabalhadores, impostos arrecadados, crescendo a economia.

Mas, na Mundialização do capital, poucos oligopólios controlam o mercado e exercem poder e influência por todo

o globo. O montante investido é rapidamente reabsorvido por novo lucro numa rapidez e volume nunca antes visto (Chesnais, 1996). Em muitos lugares já não há a necessidade de novos investimentos produtivos, capazes de gerar postos de trabalho e renda.
Por isso, o crescimento econômico experimentado nas últimas décadas não se traduz em mudanças na participação da renda.

1.3. A lógica de impacto

Negócios de impacto tem potencial para modificar esse panorama. Atuam com a dinâmica do mercado, mas com outra finalidade. O excedente financeiro da operação volta a circular no objetivo de solucionar o problema social ou ambiental à que a empresa se propõe.
Concebido por Muhammad Yunus, o Grameen Bank nasceu com o propósito de inclusão social. O excedente tem o objetivo de ampliar a quantidade de pessoas atendidas no processo. “Os lucros da empresa social permanecem na empresa” (Yunus, 2008. p. 37). Em circulação, em operação trabalhando para seu fim último. Hoje são cerca de 25 negócios operados com a mesma lógica (Yunus, 2008 p. 91).
O modelo impede que os lucros financeiros se acumulem no topo da pirâmide e servem para mitigar as demandas sociais ou ambientais em que atuam, desonerando o governo de parte do montante que precisaria dispor para tal fim.
Marjorie Kelly (2016), alega ser uma diferença de desenho. O primeiro, um desenho extrativo, operado pelo lucro, juros, dividendos e mesmo no leilão de ações da bolsa e de outros modos de financeirização. Parte do valor produzido socialmente concentra-se no topo da pirâmide social, nas mãos de grandes oligopólios e bancos. No outro, dos negócios sociais, o desenho é generativo, visa o benefício social, atenua a voracidade do crescimento e, reduz o impacto sobre o meio ambiente.
Só no Brasil, existem mais de mil iniciativas desse tipo que contam com investidores, incubadoras e aceleradoras focadas nesse modelo (Pipe.Social e Quintessa, 2023).
Se este setor ainda não promoveu uma grande revolução, por ser ainda incipiente, ao menos tem um potencial generativo para isso.

Conclusão

O estudo evidencia que o crescimento econômico deixou de ser um imperativo estratégico e não tem sido capaz de reduzir as desigualdades sociais no Brasil, dada sua lógica que concentra em poucas mãos e em poucos lugares do mundo um grande montante do que é produzido socialmente. Em contraste, os negócios de impacto, ao reinvestirem excedentes em fins sociais e ambientais, apresentam maior potencial para reduzir as desigualdades e fortalecer a sustentabilidade na medida em que prescindem do crescimento. Sua lógica generativa sinaliza caminhos alternativos ao modelo centrado no lucro.

Agência de Fomento

CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Referências

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996
Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

KELLY, Marjorie. Capitalismo alternativo e o futuro dos negócios: repensando a economia para um planeta vivo. Tradução de Alexandre Martins. São Paulo: HSM, 2016.

PIPE.SOCIAL; QUINTESSA. Mapa de Negócios de Impacto Socioambiental 2023. São Paulo: Pipe.Social; Quintessa, 2023. Disponível em: http://mapa2023.pipelabo.com. Acesso em: 19 set. 2025.
ROBINSON, Joan. Liberdade e necessidade. São Paulo: Abril Cultural, 1980
SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Vol. I e II.

World Bank Open Data. 2025. Disponível em: https://data.worldbank.org. Acesso em: 18 set. 2025.

WORLD INEQUALITY DATABASE. Top 1% national income share. WID.world, 2024. Disponível em: https://wid.world/world/#sptinc_p99p100_z/FR;GB;CA;MX;CO;BR;CG;KE;HT;KR;PH;MY/last/eu/k/p/yearly/s/false/4.2010000000000005/40/curve/false/country. Acesso em: 29 jul. 2025.

YUNUS, Muhammad. Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo. São Paulo: Ática, 2008.